



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0016231-49.2006.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Dissolução**  
Requerente: **Sampel Silícias Abrasivas e Máquinas Polesmeril Ltda e outro**  
Requerido: **Ronald Sampel**

Proc. 1610/06

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

O V. Aresto inserido a fls. 1273/1277 determinou a dissolução parcial da sociedade, apurando-se os haveres do demandado reconvinte em fase de liquidação de sentença na forma da cláusula 12ª. do contrato social da empresa.

Diz a cláusula 12ª. contrato social, parágrafo 3º. (fls. 16), que “proceder-se-á a apuração de haveres, que serão pagos, em no mínimo dez (10) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros legais”.

Destarte, pelo despacho de fls. 1288/1289, foi nomeado perito para que fosse definido o montante cabente ao réu reconvinte e exequente.

Lauda Pericial, a fls. 1316/1330, acompanhado de docs. (fls. 1331/1528).

As partes se manifestaram a fls. 1537 e fls. 1539 e concordaram com o teor do laudo.

É a síntese do necessário.

DECIDO.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760**

O raciocínio expendido pelo perito judicial é irrecusável, não havendo o que se acrescentar ao teor do laudo, elaborado, aliás, em exata consonância ao que foi determinado no título executivo judicial.

Tanto é assim, que as partes não o impugnaram.

Destarte, o acolhimento e a homologação do laudo pericial inserido a fls. 1316/1330, é de rigor.

Homologo, pois, para que produza seus efeitos legais, o laudo pericial.

Em consequência, declaro líquidos os haveres do demandado reconvinte, em R\$ 103.441,81, devidamente corrigidos a partir da data do ajuizamento desta ação e acrescidos de juros de mora, a partir da citação.

Por força do que dispõe a cláusula 12ª. contrato social, parágrafo 3º. (fls. 16), a quantia correspondente aos haveres do demandado reconvinte, ora declarada líquida (R\$ 103.441,81), deverá ser paga em no mínimo dez (10) prestações mensais, iguais e sucessivas.

Destarte, passada esta em julgado requeira o exequente o que entender de Direito, apresentando, inclusive, cálculo com as 10 parcelas de R\$ 103.441,81, acrescidas dos consectários legais, para que os executados sejam intimados e deem início aos pagamentos, na forma determinada pela cláusula 12ª. do contrato social acima aludida.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 18 de setembro de 2013.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**